

# Comércio invade as calçadas

**CIDADANIA** Com um número insuficiente de fiscais, Goiânia e Aparecida de Goiânia dependem do olhar do cidadão para denunciar situações de ocupação irregular de passeios públicos

Malu Longo  
malu.longo@opopular.com.br

Mesmo pronta e sendo utilizada, a ampliação externa da unidade do bar e restaurante Mercatto, no Setor Bueno, só chegou ao conhecimento da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (Seplanh) da Prefeitura de Goiânia esta semana. O estabelecimento localizado na Rua T-36 invadiu o passeio público e instalou estruturas fixas com cobertura que encobriram placas de trânsito e um poste de energia elétrica, num flagrante desrespeito à legislação pertinente. A questão é recorrente e passa pela dificuldade de fiscalização. Goiânia, com cerca de 1,5 milhão de habitantes, conta com apenas 50 fiscais de edificações e de áreas públicas. A Prefeitura trabalha para ampliar a participação da comunidade no ordenamento urbano.

“Calçada é um bem público e de direito coletivo e, por isso, deve ser respeitado pela propriedade privada. É um direito de ir e vir do cidadão. O que a gente vê é uma falta de cultura e cons-

ciência de que as normas devem ser cumpridas,” afirma a conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), Regina de Faria. Em sua opinião, como é impossível manter um número ideal de fiscais, o que é preciso é a conscientização do cumprimento das normas. “A cidade é um patrimônio coletivo.”

No caso de estabelecimentos como o Mercatto que estendem a área de uso para a calçada que é reservada ao pedestre, Regina de Faria lembra que na atualidade há um estímulo para que as pessoas abandonem o carro. “Estamos falando de mobilidade como um todo. Como o pedestre, o cadeirante ou pais com carrinhos de bebês podem transitar por esses locais? Quando mesas e cadeiras obstruem a calçada, o que resta é utilizar as ruas.”

Este ano, em parceria com o Ministério Público de Goiás (MP-GO) a Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU-GO lançou o Guia do Planejamento da Cidade Para Todo Mundo Entender para “aguciar o sentimento de urbanidade”. A publicação, acessível a todos, está disponível no site do Conselho. Lá está claro que “a mobilidade urbana tem relação intrínseca com a cultura, a educação e os nossos hábitos”.

Lucy de Paula Toledo, diretora de Fiscalização da Seplanh, explica que, embora em número pequeno, os fiscais são importantes. “Se não tem fiscalização, não tem regimento. As pessoas fazem o que querem, não cumprem as leis. Estamos tentando fazer a nossa parte.” A diretora diz que órgão trabalha muito em função de denúncias. “O que fazemos é colocar a população a nosso favor”. Hoje, os goi-



Fotos: Fábio Lima

Onde passar: passeio impedido na Avenida Tapajós, na Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia. Local é um dos que mais preocupam a fiscalização



Espaço do pedestre é reduzido na Avenida 24 de Outubro, em Campinas

anienses podem mostrar à fiscalização onde há abusos pelo site da Prefeitura e, também por lá, acompanhar as providências.

De acordo com Lucy Toledo, a expectativa é de que no próximo ano, funcione a plataforma virtual QGIS que, por meio de imagens aéreas, será possível fiscalizar a ocupação irregular de áreas públicas, como calçadas, ou edificações fora das normas. “Estamos caminhando para uma fiscalização inteligente. A cidade está gigante e com um quadro pequeno de fiscais. Este ano, com a pandemia, muitos colegas ficaram trabalhando em casa. Queremos melhorar nosso trabalho.”

Na capital, no fim de 2015, entrou em vigor o Decreto Municipal 3.057 que dispõe sobre a implementação e piso tátil, atendendo normas de acessibilidade. No fim do ano passado foi sancionada a Lei Complementar 324/2019 que ampliou as exigências envolvendo qualquer tipo de intervenção, desde construção e modificação até instala-

ção de equipamento público urbano em calçadas, ficando conhecida como Lei da Calçada. De acordo com a Seplanh, desde então 10 mil imóveis comerciais e residenciais se adequaram às novas normas. Em relação à ocupação irregular de passeios públicos, seja por mesas e cadeiras ou estruturas como toldos e suportes diversos, foram 4 mil notificações até aqui.

Lucy lembra que a instalação irregular em passeios são recorrentes, mas há providências. “Houve uma situação semelhante no Setor Marista e o proprietário do estabelecimento teve de desmanchar.” O bar do Setor Bueno já foi notificado sobre a ocupação irregular do espaço público. A diretora de Fiscalização explica que há resistência por parte da população em relação à Lei da Calçada, com uma média de aceitação das notificações de 30%, o que exige um “retrabalho”. “Estamos preocupados com a modernização da fiscalização e com o nosso efetivo. Sem nós a cidade estaria um caos”.

## Problema também em Aparecida de Goiânia

Em Aparecida de Goiânia, os problemas são similares aos de Goiânia. Diretor de Posturas da Secretaria de Planejamento e Regulação Urbana, José Pires de Amorim, explica que para facilitar a fiscalização o município de 600 mil habitantes que possui sua área urbana muito espalhada, foi dividido em 19 regiões. Para vis-

toriar 55 mil empresas instaladas e uma média de 5 mil que são abertas mensalmente, há 30 fiscais contratados. Na verdade, se for pensar em férias e afastamentos temporários, em torno de 20 a 23 atuam cotidianamente. “Nosso efetivo é pequeno para atender toda a demanda da cidade. Temos muito trabalho, por isso atuamos mais com denúncias”, afirma José Pires.

Alguns setores do município apresentam problemas mais sérios de obstrução de calçadas, como Vila Brasília, Garavelo e Santa Luzia, onde há um comércio mais consistente. “Na Vila Brasília o problema é crônico e vamos atuar mais firme lá. As pessoas precisam consultar a legislação para saber o que é devido ou não. Temos muitas situações assim. Alguém diz que fez porque outros fizeram. Recomendamos sempre que, antes de abrir uma empresa, de construir ou de colocar um objeto num determinado local, que

analise a legislação para não sofrer consequências depois”, enfatiza o diretor de Posturas de Aparecida de Goiânia.

Quando as denúncias de calçadas obstruídas chegam à Secretaria de Planejamento de Aparecida de Goiânia um fiscal vai até o local e notifica o contribuinte. A partir desse momento ele tem oito dias para tomar providências para não sofrer sanções de acordo com o que está previsto no Código de Posturas do município. Conforme José Pires, muitas vezes trata-se de um lote vazio, aí é preciso recorrer aos Correios para notificar o proprietário. Um processo lento e nem sempre com resposta.

### Para denunciar em Goiânia

- **Site da Prefeitura de Goiânia** – ícone E-156, do lado direito da tela. O contribuinte diz o tipo de serviço e logo vai gerar uma ordem de serviço. Cria um protocolo que o cidadão pode acompanhar.
- **E-mail:** denuncias.seplanh@gmail.com

- **Para denunciar em Aparecida de Goiânia**
- (62) 98471-8040 (Whats App)
- (62) 3338-7210